

**Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas**

**SECID - Sociedade Educacional Cidade de  
São Paulo S.A.**

31 de dezembro de 2018 e 2017  
com Relatório do Auditor Independente

# **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

## Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e 2017

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas... 1

#### Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	9
Demonstrações dos resultados.....	11
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	13
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas .....	16

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **Reconhecimento de receita**

As receitas da Companhia e suas controladas são originadas substancialmente pela prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação e pós graduação). Os valores da receita são reconhecidos quando os serviços foram prestados, conforme critérios de reconhecimento de receita incluídos na nota explicativa 2.18. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados diariamente para registrar e monitorar o reconhecimento da receita dentro do adequado período contábil associado à prestação do serviço. Em função da relevância dos valores envolvidos, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu este assunto:**

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Analisamos a adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, considerando as datas efetivas da prestação dos serviços, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício as quais se apresentem de forma distinta às nossas expectativas;
- Realizamos testes para uma amostra de mensalidades provenientes de alunos FIES e a comprovação da adesão do aluno ao programa de financiamento, além da análise da regularidade dos contratos. Verificamos se as correspondentes receitas foram registradas no período adequado, tendo em vista a confirmação (aprovação) do financiamento pelo FNDE;
- Analisamos uma amostra dos relatórios auxiliares de faturamento e respectivas reconciliações com os registros contábeis;
- Efetuamos testes, para uma amostra, dos critérios de reconhecimento de receita referente aos serviços prestados próximo da data de encerramento do exercício social (“teste de corte da receita”);
- Efetuamos testes dos controles internos implementados pela administração que suportam os processos de reconhecimento de receitas, incluindo, dentre outros, controles operacionais para o cadastro de alunos, renegociação de recebíveis, reativação e renovação de matrículas;

- Efetuamos testes e inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos;
- Realizamos, para uma amostra, testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados;
- Avaliamos a adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas da Companhia e de suas controladas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Avaliação de redução ao valor recuperável do ágio**

Conforme descrito na nota explicativa 10, em 31 de dezembro de 2018 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 169.026 mil. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado;
- Analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração na elaboração das projeções de resultados;
- Efetuamos teste matemático das projeções de resultados;
- Efetuamos análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável;

- Confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliamos as divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que haja lucro tributável futuro, conforme detalhado na nota explicativa 22. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$ 5.467 mil.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

### **Como nossa auditoria tratou o assunto**

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Analisamos o cálculo dos impostos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em impostos;
- Com o auxílio de nossos especialistas em avaliação:
- Analisamos, de uma forma geral, as projeções de resultados, elaboradas pela administração da Companhia, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos;
- Analisamos a adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela administração na elaboração das projeções de resultados;
- Efetuamos teste matemático das projeções de resultados;
- Analisamos a consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável.
- Confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Com base em nossos procedimentos de auditoria, identificamos inconsistências no cálculo e no período em que os impostos diferidos ativos foram registrados indicando a necessidade de estorno parcial, o qual não foi registrado pela administração da Companhia, dos efeitos no resultado da Companhia pelo reconhecimento inicial dos impostos diferidos ativos no exercício de 2018, uma vez que parte dos impostos diferidos ativos foram calculados tomando como base certas transações de anos anteriores que geraram base de cálculo para apuração de impostos diferidos ativos. Dada a imaterialidade dos montantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referido ajuste de auditoria não resultou em mudança na nossa estratégia de auditoria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Combinação de negócios**

Durante o exercício de 2018, a Companhia adquiriu o Grupo Unipê, conforme descrito na nota explicativa 4. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.

Em razão do alto grau de julgamento relacionados, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Realizamos a leitura dos documentos relacionados à transação, tais como contratos e atas;
- Obtivemos as evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas;
- Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas:
- Analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos;
- Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado; e

- Avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo.
- Efetuamos o recálculo da determinação do ágio por rentabilidade futura apurado nas combinações de negócios; e
- Avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Como resultado de nossos procedimentos de auditoria relacionados às combinações de negócios, identificamos ajustes de auditoria indicando a necessidade de realocação de valores entre os ativos intangíveis identificados, a mais valia do imobilizado e os valores alocado como ágio por rentabilidade futura, os quais não foram ajustados pela Companhia. Dada a imaterialidade dos efeitos dessas realocações em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referidos ajustes de auditoria não resultaram em mudança em nossa estratégia de auditoria.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### **Auditoria dos valores correspondentes**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outros auditores independentes.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1º de abril de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Pompeu Bassetti  
Contador CRC-1SP251558/O-0

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.362	24.660	21.076	24.675
Contas a receber	6	30.302	34.553	43.996	34.553
Tributos a recuperar		661	1.036	1.108	1.470
Outros créditos	7	2.305	2.680	7.464	2.680
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>40.630</b>	<b>62.929</b>	<b>73.644</b>	<b>63.378</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber	5	-	210	-	210
Partes relacionadas	15	384	384	-	-
Depósitos judiciais		834	4.266	1.592	4.266
Outros créditos	7	2.541	-	2.606	-
Impostos diferidos	22	5.954	-	5.954	-
Investimentos	8	457.949	21	45	21
Imobilizado, líquido	9	30.698	31.631	294.619	31.631
Intangível, líquido	10	4.497	269	234.805	269
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>502.857</b>	<b>36.781</b>	<b>539.621</b>	<b>36.396</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>543.487</b>	<b>99.710</b>	<b>613.265</b>	<b>99.775</b>

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	11	4.307	818	12.647	818
Debêntures	12	6.547	-	6.547	-
Fornecedores		2.575	2.619	4.136	2.619
Partes relacionadas	15	210	212	210	212
Obrigações trabalhistas	13	13.356	9.025	22.934	9.025
Obrigações tributárias	14	8.135	9.088	20.114	9.088
Adiantamento de clientes		2.753	3.422	3.543	3.422
Outras contas a pagar		14	9	383	9
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>37.897</b>	<b>25.193</b>	<b>70.514</b>	<b>25.193</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	11	25.800	-	42.251	-
Debêntures	12	330.000	-	330.000	-
Provisão para perda de investimentos	8	-	561	-	-
Obrigações tributárias	14	21.357	25.262	39.733	25.888
Impostos diferidos	22	487	-	540	-
Provisão para demandas judiciais	16	5.328	4.415	7.609	4.415
Obrigações por aquisição de participações societárias	17	82.105	-	82.105	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>465.077</b>	<b>30.238</b>	<b>502.238</b>	<b>30.303</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	19	2.262	2.262	2.262	2.262
Reservas de capital	19	27.200	-	27.200	-
Reservas de lucros	19	11.051	42.017	11.051	42.017
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>40.513</b>	<b>44.279</b>	<b>40.513</b>	<b>44.279</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>543.487</b>	<b>99.710</b>	<b>613.265</b>	<b>99.775</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	23	<b>312.151</b>	265.537	<b>364.032</b>	265.537
Custo dos serviços prestados	23	<b>(161.093)</b>	(138.396)	<b>(203.266)</b>	(138.396)
Lucro bruto		<b>151.058</b>	127.141	<b>160.766</b>	127.141
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	24	<b>(42.024)</b>	(45.889)	<b>(50.143)</b>	(45.895)
Depreciação e amortização	24	<b>(5.881)</b>	(5.984)	<b>(10.219)</b>	(5.984)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	24	<b>(19.312)</b>	(12.356)	<b>(20.606)</b>	(12.356)
Resultado de equivalência patrimonial	8	<b>(10.713)</b>	(6)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	<b>(724)</b>	5.435	<b>(3.092)</b>	5.435
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		<b>72.404</b>	68.341	<b>76.706</b>	68.341
Receitas financeiras	25	<b>540</b>	2.021	<b>1.032</b>	2.021
Despesas financeiras	25	<b>(24.702)</b>	(8.046)	<b>(29.443)</b>	(8.046)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>48.242</b>	62.316	<b>48.295</b>	62.316
Imposto de renda e contribuição social	22				
Corrente		<b>(1.097)</b>	<b>(260)</b>	<b>(1.097)</b>	<b>(260)</b>
Diferido		<b>3.615</b>	-	<b>3.562</b>	-
Lucro líquido do exercício		<b>50.760</b>	<b>62.056</b>	<b>50.760</b>	<b>62.056</b>
Média ponderada das ações no exercício	20	<b>2.262.398</b>	<b>2.262.398</b>		
Lucro básico e diluído por ação em reais	20	<b>22,44</b>	<b>27,43</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>(não auditado)</b>		<b>(não auditado)</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Lucro líquido do exercício	<b>50.760</b>	62.056	<b>50.760</b>	62.056
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<b>50.760</b>	62.056	<b>50.760</b>	62.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de capital			Reserva de lucros			Total	
		Capital social	Emissão de ações	Futuro aumento de capital	Total das reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva legal		Total das reservas de lucros acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)</b>	19.d	2.262	-	-	-	20.061	-	20.061	22.323
Pagamento de dividendos adicionais propostos	19	-	-	-	-	-	-	-	(24.586)
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	-	-	-	62.056
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.d	-	-	-	-	-	-	-	(15.514)
Retenção de lucros	19.d	-	-	-	-	21.956	-	21.956	(21.956)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)</b>		<b>2.262</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42.017</b>	<b>-</b>	<b>42.017</b>	<b>44.279</b>
Adoção novas práticas IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018	2.18	-	-	-	-	-	-	-	(4.026)
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	-	-	-	50.760
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	19.b	-	-	-	-	452	-	452	(452)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(12.577)
Dividendos adicionais distribuídos	19.d	-	-	-	-	(42.017)	-	(42.017)	(23.106)
Transferência para reserva para futuro aumento de capital	19.d	-	-	27.200	27.200	-	-	-	27.200
Retenção de lucros	19.c	-	-	-	-	10.599	-	10.599	(10.599)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>2.262</b>	<b>-</b>	<b>27.200</b>	<b>27.200</b>	<b>10.599</b>	<b>452</b>	<b>11.051</b>	<b>40.513</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	(não auditado)		(não auditado)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<b>48.242</b>	62.316	<b>48.295</b>	62.316
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:	<b>42.787</b>	<b>15.169</b>	<b>41.584</b>	<b>15.169</b>
Resultado de equivalência patrimonial	<b>10.713</b>	<b>6</b>	-	<b>6</b>
Depreciação e amortização	<b>5.986</b>	<b>5.984</b>	<b>8.502</b>	<b>5.984</b>
Amortização do custo de captação	-	-	-	-
Encargos financeiros sobre financiamentos	<b>224</b>	236	<b>1.515</b>	236
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	<b>2.497</b>	-	<b>2.497</b>	-
Juros de debêntures	<b>7.642</b>	-	<b>7.642</b>	-
Provisão para demanda judicial	<b>913</b>	(1.213)	<b>822</b>	(1.213)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>19.312</b>	12.356	<b>20.606</b>	12.356
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	-	(2.200)	-	(2.200)
Decréscimo (acrécimo) em ativos	<b>(20.054)</b>	<b>(17.987)</b>	<b>(25.762)</b>	<b>(17.987)</b>
Contas a receber	<b>(20.952)</b>	(16.491)	<b>(22.955)</b>	(16.491)
Depósitos judiciais	<b>3.432</b>	(2.091)	<b>3.603</b>	(2.091)
Tributos a recuperar	<b>(368)</b>	595	<b>(381)</b>	595
Outros créditos	<b>(2.166)</b>	-	<b>(6.029)</b>	-
(Decréscimo) acréscimo em passivos	<b>705</b>	<b>(2.617)</b>	<b>(16.187)</b>	<b>(2.617)</b>
Fornecedores	<b>(44)</b>	(683)	<b>(2.469)</b>	(683)
Obrigações trabalhistas	<b>4.331</b>	(865)	<b>(2.770)</b>	(865)
Obrigações tributárias	<b>(2.920)</b>	(3.145)	<b>(3.880)</b>	(3.145)
Obrigações com Partes Relacionadas	<b>(2)</b>	-	<b>(2)</b>	-
Mensalidades antecipadas	<b>(669)</b>	2.072	<b>(7.056)</b>	2.072
Outras contas a pagar	<b>9</b>	4	<b>(10)</b>	4
	<b>76.180</b>	<b>56.881</b>	<b>47.930</b>	<b>56.881</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	<b>(2.069)</b>	-	<b>(2.069)</b>	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<b>74.111</b>	<b>56.881</b>	<b>45.861</b>	<b>56.881</b>
Aquisição Grupo Unipê, líquido de caixa adquirido	<b>(389.598)</b>	-	<b>(306.594)</b>	-
Acrécimo no imobilizado	<b>(4.626)</b>	(6.731)	<b>(5.580)</b>	(6.731)
Acrécimo no intangível	<b>(4.655)</b>	(228)	<b>(2.052)</b>	(228)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<b>(398.879)</b>	<b>(6.959)</b>	<b>(314.226)</b>	<b>(6.959)</b>



## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	(não auditado)		(não auditado)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	<b>(77.700)</b>	(40.100)	<b>(77.700)</b>	(40.100)
Empréstimos e financiamentos pagos	<b>(935)</b>	(1.257)	<b>(43.248)</b>	(1.257)
Captação de empréstimos e financiamentos	<b>30.000</b>	-	<b>30.000</b>	-
Captação de Debentures	<b>328.905</b>	-	<b>328.905</b>	-
Pagamentos obrigações por aquisições de participações societárias	-	-	<b>(391)</b>	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	<b>27.200</b>	-	<b>27.200</b>	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<b>307.470</b>	<b>(41.357)</b>	<b>264.766</b>	<b>(41.357)</b>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<b>(17.298)</b>	<b>8.565</b>	<b>(3.599)</b>	<b>8.565</b>
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	<b>24.660</b>	16.095	<b>24.675</b>	16.095
No fim do exercício	<b>7.362</b>	24.660	<b>21.076</b>	24.660
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17.298</b>	<b>8.565</b>	<b>(3.599)</b>	<b>8.565</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

A SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. (“Universidade Cidade São Paulo - UNICID” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo-SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 – Tatuapé. A Companhia e suas controladas diretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

Em 25 de abril de 2018 Companhia transformou seu tipo societário passando de “sociedade empresaria limitada” para “sociedade por ações”.

#### Aquisição de controlada

Em 11 de setembro de 2018, a Companhia concluiu as negociações da aquisição de 100% das quotas do Grupo Unipê composto pela Ipê Educacional (“Unipê”) e Ipê Patrimonial (“Patrimonial”). O Centro Universitário localizado em João Pessoa, fundado em 1971 possui cursos em exatas, humanas e biológicas. Oferece cursos superiores de graduação e pós-graduação.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na nota explicativa 3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 01 de abril de 2019.

#### 2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Razão social</u>	<u>País sede</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Participação Direta</b>			
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	<b>Brasil</b>	99,99%	99,99%
IPÊ Educacional Ltda. ("Unipê")	<b>Brasil</b>	99,99%	-
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	<b>Brasil</b>	99,99%	-

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia suas controladas em 31 de dezembro de 2018. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à controlada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladas, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

### **2.2. Combinação de negócios**

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Todas as aquisições efeturadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

### **2.3. Classificação circulante e não circulante**

A Companhia e/ou suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e/ou suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

### **2.4. Tributos**

#### Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do art. 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

#### Tributos diferidos

Tributo diferido são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos são revisados em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária

### Tributos sobre as vendas

Para a Companhia e suas controladas, as regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. A partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas, passaram a recolher 0,65% de PIS e 4,00% de Cofins respectivamente decorrentes de receitas com aplicações financeiras.

Sob as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%.

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2.5. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

### **2.6. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

#### **i. Ativos financeiros**

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

##### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados.
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.



## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

### Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida emanesciente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

#### ii. Passivos financeiros

### Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

#### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

#### Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debentures contraídos, sujeitos a juros.

### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### iii. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

## **2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registramos o ajuste.

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2.8. Investimentos em controladas**

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2.9. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e/ou suas controladas irão obter as propriedades ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)
Propriedade de Arrendamento Mercantil	25 anos

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 4,0% a 10,0% a.a. variando de acordo com o período de locação.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### **2.10. Arrendamento mercantil**

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e/ou suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia e/ou suas controladas obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os arrendamentos mercantis financeiros são aqueles em que a arrendadora transfere substancialmente riscos e benefícios inerentes a propriedade a arrendatária, o recebível é então reconhecido pelo menor valor entre o valor justo e valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros referentes ao arrendamento financeiro são reconhecidos na demonstração de resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os juros decorrentes do arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o seu período de vigência contratual.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marca	25 anos
Licenças MEC	Indefinida
Cláusula de não-competição	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	20 anos
Imóvel	25 anos



## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 30 de setembro), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2.13. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **2.14. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **2.15. Adiantamento de clientes**

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47 (Contratos com clientes).

### **2.16. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2.17. Informação por segmento**

A Companhia e/ou suas controladas estão organizadas em um único segmento operacional. Os cursos oferecidos, seus campus e pólos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes.

### **2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018**

#### Receita de contratos com Clientes (IFRS 15/CPC47)

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e/ou suas controladas esperam ter direito em troca destes bens ou serviços.

#### Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

#### Venda de produtos

A receita de venda de livros e apostilas é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

#### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

A Companhia e suas controladas não identificaram impactos na adoção inicial dessa norma.

### IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa da IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que a IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2018 e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma. Abaixo demonstramos a reconciliação dos novos saldos patrimoniais consolidados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e o saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2018, afetados pela nova norma:

<b>Consolidado</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Impactos referente a adoção inicial do IFRS 9 / CP48</b>	<b>Demonstrações financeiras em 01/01/2018</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>63.379</b>	<b>(4.026)</b>	<b>59.353</b>
Caixa e equivalentes de caixa	24.675	-	24.675
Contas a receber	34.553	(4.026)	30.527
Tributos a recuperar	1.471	-	1.471
Outros créditos	2.680	-	2.680
<b>Ativo não circulante</b>	<b>36.396</b>	<b>1.367</b>	<b>37.763</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>99.775</b>	<b>(2.659)</b>	<b>97.116</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>25.193</b>	<b>-</b>	<b>25.193</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>30.303</b>	<b>-</b>	<b>30.303</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>44.279</b>	<b>(2.659)</b>	<b>41.620</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>99.775</b>	<b>(2.659)</b>	<b>97.116</b>

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9 mencionados acima e devido a natureza não garantia dos seus recebíveis, a provisão para devedores duvidosos aumentou R\$4.023 em decorrência da aplicação da perda esperada de crédito .

### **2.19. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018**

#### IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/(CPC - 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil) e suas interpretações. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo da nova norma determinados contratos de pequenos montantes.

A Companhia irá adotar a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado, calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas como permitido pela norma. A mudança na definição de um arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle.

A quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamento operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato, de acordo com sua competência.

A Companhia com base nas avaliações preliminares entende que os principais contratos que serão impactados pela nova norma estão relacionado aos arrendamentos de imóveis locados de terceiros, com prazos superiores a 12 meses, mas até o momento do encerramento das demonstrações financeiras, estava em processo de análise dos demais contratos e do critério de transição para adotar a implantação da norma.

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### ICPC22/IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor, é possível que a Companhia necessite estabelecer processos e procedimentos para obter as informações necessárias para a aplicação da Interpretação em tempo hábil.

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia e/ou suas controladas utilizam seu julgamento para escolher os dados e premissas utilizados nestas avaliações. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independente do respectivo resultado final.

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

### Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia e/ou suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

### Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Conforme descrito na nota explicativa 2.18, a partir de 1º de janeiro de 2018 a provisão para créditos de liquidação duvidosa passou a ser calculada de acordo com as diretrizes do IFRS 9 / CPC 48. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para devedores duvidosos com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida.



## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia optou por utilizar o expediente prático previsto na norma, e aplicou o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **4. Combinação de negócios**

#### **4.1. Grupo Unipê**

Em 26 de março de 2018 a Controlada Secid Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A., celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças adquirindo 100% das quotas do Centro Universitário de João Pessoa “Unipê” e da Sociedade Limitada “Ipê Patrimonial”, definidas juntas como Grupo Unipê, e em 11 de setembro de 2018 a Companhia concluiu as negociações e houve a transferência das quotas.

A operação foi aprovada pelo CADE em 21 de junho de 2018, sem restrições.

O preço pago é composto da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Preço de aquisição	419.154
Ajuste do preço pós-fechamento	<u>(20.844)</u>
<b>Total da contraprestação</b>	<b><u>398.310</u></b>

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Combinação de negócios --continuação

#### a) Alocação do valor justo

A Administração da Companhia realizou estudos para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição do Grupo Unipê, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

O valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição é apresentado a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
<b>Ativos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	11.716
Contas a receber	12.985
Investimentos	24
Outros ativos	2.290
Imobilizado, líquido	266.272
Intangíveis	
Marca	39.339
Licenças MEC	19.267
Cláusula de não concorrência	1.789
Outros intangíveis	2.701
	<u>356.383</u>
<b>Passivo</b>	
Fornecedores	(3.986)
Obrigações tributárias	(30.689)
Obrigações trabalhistas	(16.679)
Empréstimos e financiamentos	(65.813)
Provisão para demanda judiciais	(2.372)
Outros passivos	(7.560)
	<u>(127.099)</u>
<b>Total de ativos identificáveis líquidos</b>	<b>229.284</b>
<b>Ágio</b>	<b>169.026</b>
<b>Total da contraprestação</b>	<b><u>398.310</u></b>

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados.

Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Combinação de negócios --continuação

#### Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis e da mais valia do imobilizado

Os critérios observados para o reconhecimento dos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios e da mais valia do imobilizado foram conforme segue:

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização /depreciação
Marca	39.339	Método da "economia de royalties"	25 anos
Credenciamento e Licenças de operação MEC	19.267	Método de "com e sem"	Indefinido
Cláusula de não concorrência	1.789	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Móveis e utensílios	218	Método "comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	10 anos
Máquinas e equipamentos	2.913	Método "comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	10 anos
Computadores e periféricos	2.167	Método "comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	20 anos
Imóvel	66.462	Método "involutivo"	25 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

#### Saída de caixa líquida na aquisição do Grupo Unipê

	<b><u>Agosto/2018</u></b>
Preço de aquisição	398.310
Parcela retida (i)	(80.000)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(11.716)
<b>Desembolso líquido de caixa</b>	<b><u>306.594</u></b>

(i) Parcela de R\$80.000 a ser ajustada pela variação do CDI que serão pagos após o 6º aniversário da data de fechamento da transação.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pelo Grupo Unipê a partir de setembro de 2018, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 11 de setembro de 2018.

Desde a data de aquisição, o Grupo Unipê Educacional contribuiu com uma receita líquida de R\$51.880 e prejuízo líquido de R\$7.967. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a receita líquida consolidada totalizaria R\$189.179 e o prejuízo líquido consolidado seria de R\$71.242.

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$1.083, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

### Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia possui cláusula para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição do Grupo Unipê com suas respectivas controladas.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
		(não auditado)		(não auditado)
Caixa	277	9	277	9
Equivalentes de caixa	7.085	24.651	20.799	24.666
<b>Total</b>	<b>7.362</b>	<b>24.660</b>	<b>21.076</b>	<b>24.675</b>

Equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado		
	(não auditado)		(não auditado)		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Mensalidades	(a) <b>68.705</b>	53.521	<b>96.198</b>	53.521	
Crédito universitário	(b) <b>3.729</b>	5.020	<b>3.729</b>	5.020	
Acordos em andamento	(c) <b>4.169</b>	3.267	<b>5.279</b>	3.267	
Outras contas a receber	<b>6.249</b>	5.394	<b>21.565</b>	5.394	
<b>Subtotal</b>	<b>82.852</b>	67.202	<b>126.771</b>	67.202	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa(d)	<b>(52.475)</b>	(32.401)	<b>(82.700)</b>	(32.401)	
Ajuste a valor presente	<b>(75)</b>	(38)	<b>(75)</b>	(38)	
<b>Total</b>	<b>30.302</b>	34.763	<b>43.996</b>	34.762	
	Circulante	<b>30.302</b>	34.553	<b>43.996</b>	34.553
	Não circulante	-	210	-	210

(a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.

(b) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Companhia e suas controladas.

FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF ou Banco do Brasil e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica.

O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e tributos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões de títulos do Tesouro Nacional.

A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados na modalidade FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Companhia é responsável por 15% de eventual inadimplência do aluno. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Companhia é responsável por 3% da inadimplência para os contratos assinados antes de 3 de abril de 2012 e de 1,5% para os contratos assinados após esta data.

Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu as portarias normativas n.º 21 e n.º 23 que modificam principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de juros e atualização monetária pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito.
- (d) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida. A evidência objetiva de perda é observada na análise dos percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos, considerando o período de maturação na carteira de clientes e a inadimplência do período. A Companhia e suas controladas constituem provisão com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida.

A movimentação da provisão para créditos para liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	<b>Controladora</b>			
	<b>(não auditado)</b>			
	<b>31/12/2018</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>%</b>
<b>A vencer</b>				
Crédito universitário	3.729	5%	5.020	7%
Mensalidade a receber	2	0%	3	0%
Acordos em andamento	1.415	2%	1.234	2%
Outras contas a receber	6.249	8%	5.394	8%
<b>Vencidos</b>				
Até 180 dias	23.644	29%	23.150	34%
Acima de 180 dias	47.813	58%	32.401	48%
<b>Total</b>	<b>82.852</b>	<b>100%</b>	<b>67.202</b>	<b>100%</b>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>(não auditado)</b>			
	<b>31/12/2018</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>%</b>
<b>A vencer</b>				
Crédito universitário	3.729	3%	5.020	7%
Mensalidades a receber	74	0%	3	0%
Acordos em andamento	2.244	2%	1.234	2%
Outras contas a receber	21.565	17%	5.394	8%
<b>Vencidos</b>				
Até 180 dias	56.657	45%	23.150	34%
Acima de 180 dias	64.067	51%	32.401	48%
<b>Total</b>	<b>126.771</b>	<b>100%</b>	<b>67.202</b>	<b>100%</b>

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos	851	285	5.021	285
Garantia prov. p/ contingências (a)	1.971	-	1.971	-
Adiantamento a fornecedores	829	-	829	-
Outros créditos	1.195	2.395	2.249	2.395
<b>Total</b>	<b>4.846</b>	<b>2.680</b>	<b>10.070</b>	<b>2.680</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.305</b>	<b>2.680</b>	<b>7.464</b>	<b>2.680</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.541</b>	<b>-</b>	<b>2.606</b>	

- (a) Conforme o contrato de compra e venda com ex-acionistas, existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsado os valores a Companhia e suas controladas.

### 8. Investimentos

#### b) Movimentação dos investimentos

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>Total</b> <b>(576)</b>
Provisão para perda de investimentos	(6)
Perda com equivalência patrimonial	(6)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(582)</b>
Provisão para perda de investimentos	(7.972)
Efeito líquido da combinação de negócios (i)	(2.741)
Perda com equivalência patrimonial	(10.713)
Aquisição de controlada – Grupo Unipê	398.310
Adiantamento para futuro aumento de capital	71.320
Adoção inicial das novas práticas IFRS 9	(427)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>457.949</b>

- (i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios e reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.



## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas do exercício de 2018:

	<b>Trust</b>	<b>Unipê</b>	<b>Patrimonial</b>
% de Participação	99,99%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	445	32.566	-
Ativo não circulante	-	21.219	175.416
Total do ativo	<u>445</u>	<u>53.785</u>	<u>175.416</u>
Passivo circulante	-	32.611	-
Passivo não circulante	1.010	36.482	-
Patrimônio líquido	(565)	(15.308)	175.416
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>445</u>	<u>53.782</u>	<u>175.416</u>
Receita líquida	-	51.880	-
Custo dos serviços prestados	-	(42.172)	(315)
Despesas operacionais, líquidas.	(3)	(13.058)	-
Despesas financeiras, líquidas.	(1)	(4.257)	-
Prejuízo do exercício	<u>(4)</u>	<u>(7.597)</u>	<u>(315)</u>

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Imobilizado

A demonstração da movimentação imobilizada nos exercícios de 2018 e 2017 é a seguinte:

#### a) Controladora

Custo	Controladora – Movimentação				Saldo em 31/12/2018
	Saldos em 31/12/2016 (Não auditado)	Adições (Não auditado)	Baixas (Não auditado)	Transfências (Não auditado)	
Acervo bibliográfico	9.610	446	-	-	10.056
Equipamentos de informática	20.580	762	(215)	-	21.127
Máquinas e equipamentos	15.009	1.417	(19)	-	16.407
Móveis e utensílios	13.937	883	(70)	-	14.750
Instalações	18.428	2	-	-	18.430
Benefetorias em propriedades de terceiros	3.359	-	-	4.951	8.310
Imobilizações em andamento	4.952	3.154	(210)	(4.951)	2.945
Outras imobilizações	1.704	385	-	-	2.089
<b>Sub-total</b>	<b>87.579</b>	<b>7.049</b>	<b>(514)</b>	<b>-</b>	<b>94.114</b>
					<b>4.625</b>
					<b>98.739</b>

  

Depreciação	Controladora - Movimentação				Saldos em 31/12/2018
	Saldos em 31/12/2016 (Não auditado)	Adições (Não auditado)	Baixas (Não auditado)	Transfências (Não auditado)	
Acervo bibliográfico	(4.568)	(800)	-	-	(5.368)
Equipamentos de informática	(17.587)	(1.037)	213	-	(18.411)
Máquinas e equipamentos	(9.649)	(885)	3	-	(10.531)
Móveis e utensílios	(8.781)	(830)	-	-	(9.611)
Instalações	(15.588)	(1.334)	-	-	(16.921)
Benefetorias em propriedades de terceiros	(515)	(697)	-	-	(1.212)
Outras imobilizações	(256)	(173)	-	-	(429)
<b>Sub-total</b>	<b>(56.944)</b>	<b>(5.756)</b>	<b>216</b>	<b>-</b>	<b>(62.483)</b>
	<b>30.635</b>	<b>6.248</b>	<b>(5.251)</b>	<b>-</b>	<b>31.631</b>
					<b>(934)</b>
					<b>30.698</b>

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b) Consolidado

Custo	Consolidado - Movimentação						Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2016 (Não auditado)	Adições (Não auditado)	Baixas (Não auditado)	Transferências (Não auditado)	Saldo em 31/12/2017 (Não auditado)	Cominação De negócios	
Terenos	-	-	-	-	-	121.806	-
Prédios	-	-	-	-	-	111.266	-
Acervo bibliográfico	9.610	446	-	-	10.056	2.793	-
Equipamentos de informática	20.580	762	(215)	-	21.127	4.977	-
Máquinas e equipamentos	15.009	1.417	(19)	-	16.407	6.776	-
Móveis e utensílios	13.937	883	(70)	-	14.750	6.001	-
Instalações	18.428	2	-	-	18.430	435	-
Benefitórias em propriedades de terceiros	3.359	-	-	4.951	8.310	151	-
Imobilizações em andamento	4.952	3.154	(210)	(4.951)	2.945	11.189	1.490
Outras imobilizações	1.704	385	-	-	2.089	879	-
<b>Sub-total</b>	<b>87.579</b>	<b>7.049</b>	<b>(5.465)</b>	<b>-</b>	<b>94.114</b>	<b>266.272</b>	<b>1.490</b>

Custo	Consolidado - Movimentação						Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2016 (Não auditado)	Adições (Não auditado)	Baixas (Não auditado)	Transferências (Não auditado)	Saldo em 31/12/2017 (Não auditado)	Cominação De negócios	
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-
Prédios	(4.568)	(800)	-	-	(5.368)	(1.173)	(1.173)
Acervo bibliográfico	(17.587)	(1.037)	-	-	(18.411)	(1.084)	(6.452)
Equipamentos de informática	(9.649)	(885)	213	-	(10.531)	(1.269)	(19.680)
Máquinas e equipamentos	(8.781)	(830)	3	-	(9.611)	(1.370)	(11.901)
Móveis e utensílios	(15.588)	(1.334)	-	-	(16.921)	(1.208)	(10.819)
Instalações	(515)	(697)	-	-	(1.212)	(939)	(17.860)
Benefitórias em propriedades de terceiros	(256)	(173)	-	-	(429)	(832)	(2.044)
Outras imobilizações	(56.944)	(5.756)	216	-	(62.483)	(200)	(2.119)
<b>Subtotal</b>	<b>30.635</b>	<b>1.293</b>	<b>(298)</b>	<b>-</b>	<b>31.631</b>	<b>(3.284)</b>	<b>(1.490)</b>

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Intangível

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

#### Consolidado

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2017	Adições	Combinação de negócios	Amortização	Saldos em 31/12/2018
Software	290	207	(228)	269	3.485	2.701	(427)	6.028
Ágio de combinação de negócios	-	-	-	-	-	169.026	-	169.026
Marca	-	-	-	-	-	39.339	(525)	38.814
Cláusula de não concorrência	-	-	-	-	-	1.789	(119)	1.670
Licenças MEC	-	-	-	-	-	19.267	-	19.267
Outros	-	-	-	-	1.071	-	(1.071)	-
	<u>290</u>	<u>207</u>	<u>(228)</u>	<u>269</u>	<u>4.556</u>	<u>232.122</u>	<u>(2.142)</u>	<u>234.805</u>

Os ativos classificados como "Software" correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e suas controladas, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de software sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de software com vigência de 12 meses.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente será submetido também anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações.

A Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou *impairment*. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (Business Unit) cada entidade existente, conforme disposto no item 5, do CPC 01.

### Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados (2018 e 2017)

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto, e ganho de margem anual pelo período de 5 anos, conforme abaixo:

<u>Ágio na aquisição de participações</u>	<u>Taxa média de desconto</u>	<u>Valor residual do ágio em 31/12/2018</u>	<u>Taxa média de desconto</u>	<u>Valor residual do ágio em 31/12/2017</u>
Grupo Unipê	8,5%	169.026	-	-

### Taxa de desconto

A taxa de desconto das unidades geradoras de caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGCs e na média ponderada do custo de capital da Companhia.

### Taxa de crescimento

Foi utilizado um período de cinco anos nas projeções dos fluxos de caixa das UGCs. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### *Crescimento do EBITDA projetado*

O EBITDA projetado e apresentado em bases de crescimento composto anual dos planos de negócio utilizados para fins de avaliação do valor recuperável foram baseados na experiência da Administração e ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento de receita através de inserção de novos produtos e serviços, reposicionamento de preços e captação de alunos advindos de novas praças;
- Ganhos de margem operacional, como participação da receita, através da inserção das melhores práticas de gestão, ganhos de escala através de renegociação com fornecedores, contínua maturação dos cursos nos campus adquiridos e desenvolvimentos de novos produtos e serviços com margens mais elevadas.

### *Análise de sensibilidade das premissas*

A Administração identificou duas premissas principais, que são números de alunos e reajuste de mensalidades, para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável.

A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de 3% e ganhos de margem anuais de 0,8%, principalmente pela consideração de unidades adquiridas na sua fase pré-operacional ou com baixo volume de alunos, as taxas de crescimento de receita satisfazem o valor estipulado, uma vez que a base inicial de alunos é baixa se comparado a maturação.

Os ganhos de margem são satisfatoriamente condizentes com as premissas de crescimento do EBITDA projetado, uma vez que as UGCs quando adquiridas não apresentam gestão administrativa centralizada, como também possibilita a diluição de custos através de ganhos de escala pelo crescimento de receita e introdução das melhores práticas de custo da Companhia.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas.

### *Valorização da carteira de alunos*

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontando, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para geração deste resultado.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. O método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando o cenário de geração de fluxos de caixa atual e outro considerando uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Foi considerado um taxa de desconto de 14,0% a.a. para um período de projeção de 5 anos e 3 meses a partir da data-base, com perpetuidade.

Foram consideradas as informações gerenciais fornecidas pela administração:

- Quantidade de alunos: Foi projetado um crescimento no número de alunos considerando uma taxa de crescimento de 3,0% a.a.;
- Mensalidade: considerou-se o preço verificado nas demonstrações gerenciais na data-base da avaliação corrigido pela inflação IPCA por todo o período projetivo;
- Foi considerado um crescimento gradual do número de alunos até atingir o mesmo número observado no primeiro cenário ao final do período de projeção;
- Por conta da licença não ter vencimento e gerar benefícios futuros, considerou-se uma vida útil indefinida.

## 11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora	
		(não auditado)	
		31/12/2018	31/12/2017
CCB Cédula de Crédito Bancário	(a) Variação CDI + taxa fixa de 1,40% a.a	30.096	-
Contratos de arrendamento mercantil	(b) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	11	818
		<b>30.107</b>	<b>818</b>
<b>Circulante</b>		<b>4.307</b>	818
<b>Não circulante</b>		<b>25.800</b>	-

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		(não auditado)	
		31/12/2018	31/12/2017
Capital de giro	(a) Variação CDI + taxa pré até 1,13% a.m.	24.243	-
CCB Cédula de Crédito Bancário	(b) Variação CDI + taxa fixa de 1,40% a.a	30.096	-
Conta garantida	(d) Taxa pré-fixada até 6,17% a.m.	429	-
Contratos de arrendamento mercantil	(c) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	130	818
		<b>54.898</b>	<b>818</b>
<b>Circulante</b>		<b>12.647</b>	<b>818</b>
<b>Não circulante</b>		<b>42.251</b>	<b>-</b>

(a) Refere-se aos empréstimos para capital de giro, os quais são utilizados para expansão das atividades da Companhia e suas controladas;

(b) A Companhia celebrou uma Cédula de Crédito Bancário de R\$30.000 com o Banco Itaú Unibanco S.A. em 17 de dezembro de 2018;

(c) Conta garantida junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.;

(d) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento mercantil;

### Garantias

A garantia prestadas para os contratos de empréstimos estão compostas por recebíveis. Há 19.167.653 quotas de titularidade da Companhia, correspondente a R\$3.051 do capital da controladora Unipê que se encontram alienadas fiduciariamente ao Banco Safra S.A. de acordo com os termos e condições previstos na Cédula de Crédito Bancário. A controlada Unipê possui garantias com os depósito a prazo representado pelo Banco do Brasil e estão vinculadas à conta da Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$90. Com o Banco Santander a garantia está no fundo de aplicação no valor de R\$3.000. O contrato de prestação educacional é igual a 100% do saldo devedor da operação garantida.

A parcela não circulante, em 31 de dezembro de 2018 apresenta o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Controladora	Consolidado
2020	8.400	15.446
2021	17.400	25.212
Acima de 2021	-	1.593
<b>Total</b>	<b>25.800</b>	<b>42.251</b>

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”) de vencimento antecipado ou de liquidação, dos quais resumidamente especificamos a seguir:

- se a Companhia requerer recuperação judicial ou extrajudicial, se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Companhia;



## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios da Companhia;
- se a Companhia ou seus avalistas vier a inadimplir quaisquer de suas obrigações ou sofrerem protesto legítimo de títulos, sem que haja a substituição dos avalistas que vier a encontrar-se em qualquer das situações anteriores;
- se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle da titularidade das ações da Companhia, incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

### Companhia Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, o resultado da relação entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization” - EBITDA da Controladora Unipê não poderá ser superior a 2x. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a controladora Unipê atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

## 12. Debêntures

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		(não auditado)		(não auditado)	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
1ª Emissão – Debentures	(a) Taxa CDI + 1,40% a.a.	<b>336.547</b>	-	<b>336.547</b>	-
		<b>336.547</b>	-	<b>336.547</b>	-
<b>Circulante</b>		<b>6.547</b>	-	<b>6.547</b>	-
<b>Não circulante</b>		<b>330.000</b>	-	<b>330.000</b>	-

- a) Em 27 de agosto de 2018, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, Com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A., no valor de R\$330.000, por meio da emissão de 330.000 debêntures, com valor unitário de R\$1.000 (“Valor Nominal Unitário”) em 10 de setembro de 2018 (Data de Emissão). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 7 anos a partir da data de emissão, com vencimento em 10 de setembro de 2025. O valor nominal unitário será amortizado em 9 parcelas semestrais e consecutivas durante a vigência do contrato, a serem pagas todo dia 10 de março e de setembro, a partir de 10 de setembro de 2021, sendo amortizada por parcela, da 1ª a razão de 12,50% do valor nominal unitário, 2ª e 3ª a razão de 6,25% do valor nominal unitário, 4ª até 7ª a razão de 11,25% do valor nominal unitário, e a 9ª e 10ª parcela a razão de 15,0000% totalizando assim 100% de amortização do valor nominal. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 1.40% a.a.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Cláusulas restritivas ("Covenants")

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, o resultado da relação entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization" - EBITDA da fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional S.A., não poderá ser superior a 3,5x até 2020 e 3x após 2020. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a fiadora atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

### Garantias

A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da IPÊ Educacional LTDA., decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária das quotas da IPÊ Educacional LTDA.; e (iii) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

Em 31 de dezembro de 2018, a parcela não circulante apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e consolidado
2021	41.300
2022	41.300
Acima de 2022	247.500
<b>Total</b>	<b>330.000</b>

## 13. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	(não auditado)		(não auditado)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários a pagar	<b>4.217</b>	3.857	<b>4.482</b>	3.857
Provisão para férias e encargos	<b>6.454</b>	2.614	<b>14.238</b>	2.614
FGTS a recolher	<b>680</b>	701	<b>1.254</b>	701
INSS a recolher	<b>1.881</b>	1.838	<b>2.836</b>	1.838
Outras obrigações	<b>124</b>	15	<b>124</b>	15
<b>Total</b>	<b>13.356</b>	9.025	<b>22.934</b>	9.025

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	(não auditado)		(não auditado)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRRF a recolher	1.080	2.340	1.080	2.340
Impostos retidos	50	100	1.090	100
ISS a recolher	1.245	1.183	2.423	1.183
IRPJ e CSLL	696	441	1.323	1.067
PIS e COFINS a recolher	307	330	350	330
ITBI a recolher	-	-	7.635	-
Parcelamentos	26.114	29.956	45.946	29.956
<b>Total</b>	<b>29.492</b>	<b>34.350</b>	<b>59.847</b>	<b>34.976</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.135</b>	<b>9.088</b>	<b>20.114</b>	<b>9.088</b>
<b>Não circulante</b>	<b>21.357</b>	<b>25.262</b>	<b>39.733</b>	<b>25.888</b>

Em 31 de dezembro de 2018 os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unicid	Unipê	Unipê	Unipê	Total
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	
Valor original	650	49.866	12.363	213	430	63.521
(-) Pagamentos	-	(10)	(9.726)	-	-	(9.736)
Multa	130	-	9.272	64	34	9.500
Juros	505	-	24.943	-	13	25.460
Encargos	140	-	2.846	-	40	3.026
<b>Saldo consolidado</b>	<b>1.425</b>	<b>49.856</b>	<b>39.698</b>	<b>277</b>	<b>517</b>	<b>91.772</b>
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(633)	(9.364)	(19.750)	-	-	(29.747)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	(8.565)	-	-	-	(8.565)
<b>Saldo a pagar</b>	<b>792</b>	<b>31.927</b>	<b>19.948</b>	<b>277</b>	<b>517</b>	<b>53.461</b>
(+) Atualização	46	22.588	6.608	155	587	29.985
(-) Pagamentos	(742)	(28.497)	(7.390)	(315)	(561)	(37.504)
<b>Saldos a pagar em 31/12/2018</b>	<b>96</b>	<b>26.018</b>	<b>19.167</b>	<b>117</b>	<b>543</b>	<b>45.946</b>

Em 31 de dezembro de 2017 os saldos de parcelamentos são representados por:

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Demonstrativo de parcelamento</u>	<u>Unicid</u>	<u>Unicid</u>	<u>Total</u>
	(a)	(b)	
Valor original	650	49.866	50.516
(-) Pagamentos		(10)	(10)
Multa	130	-	130
Juros	505	-	505
Encargos	140		140
<b>Saldo consolidado</b>	<b>1.425</b>	<b>49.856</b>	<b>51.281</b>
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(633)	(9.364)	(10.331)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	(8.565)	(8.565)
<b>Saldo a pagar</b>	<b>792</b>	<b>31.927</b>	<b>32.719</b>
(+) Atualização	146	21.671	21.817
(-) Pagamentos	(663)	(23.917)	(24.580)
<b>Saldos a pagar em 31/12/2017</b>	<b>275</b>	<b>29.680</b>	<b>29.956</b>

- a) Parcelamento Incentivado Municipal – PPI, regido pela Lei nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, destinado a regularizar débitos tributários em todas as esferas do Município de São Paulo gerados até 2004, com atualização monetária e juros de mora por mês. A Companhia aderiu em 2009 optando por 120 parcelas.
- b) Parcelamento Federal - REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, possibilitando o parcelamento de todos os débitos Federais em todas as esferas, vencidos até 2008, caso débitos em discussão judicial obrigatória desistência para adesão. As reduções com percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. A consolidação de iniciativa da Receita Federal do Brasil ocorreu em 2011. A Companhia e sua controlada Unipê aderiram ao parcelamento em 2009, optando por 180 parcelas.

Reaberturas do parcelamento Refis - Em todos os períodos habilitados aplicava-se as mesmas reduções, benefícios e tipos de débitos permitidos, variando as reduções de acordo com a modalidade da quantidade de parcelas optadas:

- Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013 - abrangendo possibilidade de inclusão dos débitos vencidos até 2008. A IES Unipê aderiu em 2013, optando por 180 meses.

Parcelamento Federal – Pert – acomodado pela Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, onde apresenta a possibilidade de parcelamento dos débitos vencidos até 2017 de todas as esferas Federais, com as reduções e percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. A controlada Unipê aderiu em 2017, optando por 145 parcelas.

- c) Parcelamento Federal – Parcelamento Simplificado: regido pela Lei 10.522 de 19 de Julho de 2002, sem redução na multa e juros, com atualizações realizadas pelo saldo, com base na taxa SELIC/mês. A controlada Unipê aderiu em 2015, optou por pagamentos em 60 parcelas a contar da adesão.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Parcelamento FGTS – definido pela Resolução CCFGTS Nº 765 de 09 de dezembro de 2014, permitindo parcelar débitos em qualquer esfera oriundos de FGTS, sem reduções, com atualizações pelo saldo remanescente através da Taxa Referencial, juros 3% ao mês e Multa de 8% na data da apuração do débito. A controlada Unipê aderiu em setembro de 2014 referente dívida de 2005, em 180 parcelas e referente a dívida de 2009 aderiu em setembro de 2016, em 60 parcelas.

### 15. Partes relacionadas

#### Controladora

	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A (Trust)	384	-	-	384	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>						
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (a)	-	210	(2.528)	-	212	(2.541)
	<b>384</b>	<b>210</b>	<b>(2.528)</b>	<b>384</b>	<b>212</b>	<b>(2.541)</b>

#### Consolidado

	31/12/2018		31/12/2017	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
<b>Outras partes relacionadas</b>				
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (a)	210	(2.528)	212	(2.541)
	<b>210</b>	<b>(2.528)</b>	<b>212</b>	<b>(2.541)</b>

(a) Refere-se as despesa de aluguel dos imóvel Campus Pinheiros.

Os contratos de aluguéis foram celebrados considerando os preços cobrados na média por imóveis do mesmo porte e na mesma região, baseados em laudos emitidos por empresas especializadas.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais e administrativas são estabelecidas por valores atualizados, para questões cíveis, trabalhistas e tributárias em discussão, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	(não auditado)		(não auditado)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Processos cíveis	<b>2.027</b>	1.838	<b>2.331</b>	1.838
Processos trabalhistas	<b>3.301</b>	2.577	<b>5.279</b>	2.577
<b>Total</b>	<b>5.328</b>	4.415	<b>7.609</b>	4.415

A movimentação da provisão para demandas judiciais está descrita abaixo:

	Controladora		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>582</b>	<b>5.046</b>	<b>5.628</b>
Adições / (Reversões)	1.256	(2.469)	(1.213)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.838</b>	<b>2.577</b>	<b>4.415</b>
Adições / (Reversões)	189	724	913
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.027</b>	<b>3.301</b>	<b>5.328</b>

  

	Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>582</b>	<b>5.046</b>	<b>5.628</b>
Adições / (Reversões)	1.256	(2.469)	(1.213)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.838</b>	<b>2.577</b>	<b>4.415</b>
Adições / (Reversões)	(229)	1.051	822
Combinação de negócios	722	1.650	2.372
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.331</b>	<b>5.279</b>	<b>7.609</b>

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais.

### Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$2.331 em 31 de dezembro de 2018 (sendo R\$1.838 em 31 de dezembro de 2017).

Dentre vários processos cíveis com risco de perda provável podemos destacar:

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados, de natureza acadêmica e operacional.

### Processos trabalhistas com perda provável

Os processos trabalhistas discutem em geral horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo intra e interjornada, adicional de insalubridade e multa por demissão antes do dissídio coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$5.279 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.577 em 31 de dezembro de 2017).

### Ressarcimento para perdas cíveis, tributários e trabalhistas

Parte dos processos da controlada SECID referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da SECID, anteriores à aquisição pela Cruzeiro do Sul, sendo então contingências de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da SECID, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes. Além do desembolso efetuado com base no percentual de responsabilidade da nova gestão, ao passo que o desembolso residual fica a cargo dos patronos dos ex-proprietários.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A maioria dos processos da controlada IPÊ Educacional referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da IPÊ Educacional, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, são apuradas e lançadas em Conta Gráfica para os ressarcimentos, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

### Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada conforme apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	(não auditado)		(não auditado)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Processos cíveis	<b>7.597</b>	6.505	<b>7.616</b>	6.505
Processos trabalhistas	<b>1.055</b>	123	<b>2.469</b>	123
<b>Total</b>	<b>8.652</b>	6.628	<b>10.085</b>	6.628

### Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$7.616 (R\$6.505 em 31 de dezembro de 2017).

Dentre vários processos cíveis com risco de perda possível podemos destacar:

O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública em 2007 contra a SECID, Cruzeiro do Sul e diversas outras universidades questionando a cobrança de taxa de emissão de diploma. A ação foi julgada parcialmente procedente somente para que as universidades não mais cobrassem taxas para expedição de diplomas. Em segunda instância, as universidades foram condenadas também a devolver, em dobro, os valores cobrados de alunos e ex-alunos no período de cinco anos anteriores à citação na ação, acrescidos de juros e correção monetária. Foi interposto recurso pelas universidades e o processo encontra-se no STJ para reexame da matéria. Foi estimado e provisionado o valor total de R\$733 para suportar perdas nesse processo.

Há processo contra a SECID pleiteando indenização e lucros cessantes por rescisão da parceria de Polo EAD de Diadema, em razão de suposta quebra de contrato. Foi estimado e provisionado o valor total de R\$ 500 para suportar todas perdas nesse processo.



## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$2.469 em 31 de dezembro de 2018 (R\$123 em 31 de dezembro de 2017).

## 17. Obrigações por aquisições de participações societárias.

<b>(=) Saldo em 31/12/2017</b>	-
(+) Aquisição (captação)	<b>103.237</b>
(+) Juros	<b>2.497</b>
(-) Pagamentos	<b>(23.629)</b>
<b>(=) Saldo em 31/12/2018</b>	<b>82.105</b>
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>82.105</b>

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Mudanças nos passivos

	Controladora					Em 31 de dezembro de 2018
	Em 1º de janeiro de 2018	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações	Outros (*)	
Empréstimos e financiamentos circulante	818	(935)	224	30.000	(25.800)	4.307
Empréstimos e financiamentos não circulante	-	-	-	-	25.800	25.800
Debêntures a pagar circulante	-	-	7.642	328.905	(330.000)	6.547
Debêntures a pagar não circulante	-	-	-	-	(330.000)	330.000
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	-	(23.629)	2.497	103.237	(82.105)	-
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	-	-	-	-	82.105	82.105
<b>Total</b>	<b>818</b>	<b>(24.564)</b>	<b>10.363</b>	<b>462.142</b>	<b>-</b>	<b>448.759</b>

	Consolidado						Em 31 de dezembro de 2018
	Em 1º de janeiro de 2018	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações (*)	Combinação de Negócios	Outros (*)	
Empréstimos e financiamentos circulante	818	(43.249)	1.515	30.000	64.814	(42.251)	16.647
Empréstimos e financiamentos não circulante	-	-	-	-	-	42.251	42.251
Debêntures a pagar circulante	-	-	7.642	330.000	-	(330.000)	6.547
Debêntures a pagar não circulante	-	-	-	-	-	330.000	330.000
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	-	(23.629)	2.497	103.237	-	(82.105)	-
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	-	-	-	-	-	82.105	82.105
<b>Total</b>	<b>818</b>	<b>(66.878)</b>	<b>11.654</b>	<b>463.237</b>	<b>64.814</b>	<b>-</b>	<b>473.550</b>

(\*) Efeito não caixa

	Controladora e Consolidado					Em 31 de dezembro de 2017
	Em 1º de janeiro de 2017	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações	Outros (*)	
Empréstimos e financiamentos circulante	1.331	(1.149)	124	-	512	818
Empréstimos e financiamentos não circulante	512	-	-	-	(512)	-
<b>Total</b>	<b>1.843</b>	<b>(1.435)</b>	<b>414</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>818</b>

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Patrimônio líquido

#### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia era de R\$2.262 composto por 2.262.397 ações ordinárias, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2018		31/12/2017 (não auditado)	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.	2.262.397	99,99%	2.262.397	99,99%
Acionista Pessoa Física	1	0,01%	1	0,01%
	<b>2.262.398</b>	<b>100%</b>	<b>2.262.398</b>	<b>100%</b>

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação.

#### c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos.

#### d) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação.

A destinação do lucro líquido apurado nos exercícios de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
		(não auditado)
Lucro líquido do exercício	<b>50.760</b>	62.056
Base para Reserva legal	<b>50.760</b>	62.056
Apropriação para reserva legal (i)	<b>(452)</b>	-
Base para dividendo mínimo obrigatório	<b>50.308</b>	62.056
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<b>12.577</b>	15.514
Dividendo adicionais	<b>23.106</b>	24.586
Destinação para a reserva de retenção de lucros (ii)	<b>10.599</b>	21.956

(i) A Administração da Companhia destinou parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal até o montante equivalente a 20% do capital social;

(ii) O Art. 199 da Lei das S.A. prevê que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

## 20. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Lucro por ação (básico e diluído)	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	50.760	62.056
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	2.262.398	2.262.398
Lucro por ação em R\$	22,44	27,43

## 21. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### 21.1 Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

### Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre empréstimos e financiamentos e debêntures estão mencionadas nas Notas 11 e 12, respectivamente.

### Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2018, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2018:

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Cenário em 31 de dezembro de 2018 (Controladora)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Taxa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Provável</u>	<u>Variação de 25%</u>	<u>Variação de 50%</u>
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	<b>DI-6,42%</b>	7.362	7.835	7.717	7.598
Empréstimos e financiamentos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	<b>DI-6,42%</b>	30.107	32.040	32.523	33.007
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	<b>DI-6,42%</b>	336.547	358.156	363.559	368.961

### Cenário em 31 de dezembro de 2018 (Consolidado)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Taxa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Provável</u>	<u>Variação de 25%</u>	<u>Variação de 50%</u>
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	<b>(CDI-6,42%)</b>	21.076	22.429	22.091	21.753
Empréstimos e financiamentos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	<b>(CDI-6,42%)</b>	54.898	58.423	59.304	60.185
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	<b>(CDI-6,42%)</b>	336.547	358.156	363.559	368.961

### Risco cambial

A exposição da Companhia e/ou suas controladas ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável principalmente a empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira.

O risco cambial pode impactar significativamente o resultado financeiro líquido da Companhia e/ou suas controladas em função dos empréstimos contratados em moeda estrangeira. Para gerenciar este risco, a Companhia e/ou suas controladas utilizam contratos de swaps.

## **SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

### Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário e operações compromissadas emitidas por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

### Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro. A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros	31/12/2017							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	818	-	-	818	818	-	-	818
Fornecedor	2.619	-	-	2.619	2.619	-	-	2.619
Obrigações tributárias	9.088	7.800	17.462	34.350	9.088	7.800	17.462	34.350
<b>Total</b>	<b>12.525</b>	<b>7.800</b>	<b>17.462</b>	<b>37.787</b>	<b>12.525</b>	<b>7.800</b>	<b>17.462</b>	<b>37.787</b>

Passivos financeiros	31/12/2018							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	4.307	25.800	-	30.107	12.647	40.659	1.591	54.897
Debêntures	6.547	41.250	288.750	336.547	6.547	41.250	288.750	336.547
Fornecedor	2.575	-	-	2.574	4.136	-	-	4.136
Obrigações tributárias	8.135	7.800	13.557	29.492	20.114	14.400	25.338	59.852
Obrigações por aquisição de obrigações societárias	-	-	82.105	82.105	-	-	82.105	82.105
<b>Total</b>	<b>21.564</b>	<b>74.850</b>	<b>384.412</b>	<b>480.826</b>	<b>43.444</b>	<b>96.309</b>	<b>397.784</b>	<b>537.537</b>

### Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	54.898	818
Derivativos	-	-
Debêntures	336.547	-
( - ) Caixa e equivalentes de caixa	(21.076)	(24.675)
<b>( = ) Dívida líquida</b>	<b>370.370</b>	<b>(23.857)</b>
Patrimônio líquido	40.513	44.279
<b>Dívida líquida e patrimônio líquido</b>	<b>410.883</b>	<b>20.422</b>



## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21.2 Valor justo

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros da controladora:

	Valor contábil		Valor justo	
	(não auditado)		(não auditado)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	7.362	24.660	7.362	24.660
Contas a receber	30.302	34.553	30.302	34.553
Outros créditos	4.846	2.680	4.846	2.680
<b>Total</b>	<b>42.510</b>	<b>61.893</b>	<b>42.510</b>	<b>61.893</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	30.107	818	30.107	818
Debêntures	336.547	-	336.547	-
Fornecedores	2.575	2.919	2.575	2.619
Obrigações por aquisição de participação societária	82.105	-	82.105	-
<b>Total</b>	<b>451.334</b>	<b>3.737</b>	<b>451.334</b>	<b>3.437</b>

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros consolidados:

	Valor contábil		Valor justo	
	(não auditado)		(não auditado)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	21.076	24.675	21.076	24.675
Contas a receber	43.996	34.553	43.996	34.553
Outros créditos	10.070	2.680	10.070	2.680
<b>Total</b>	<b>75.142</b>	<b>61.908</b>	<b>75.142</b>	<b>61.908</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	54.898	818	54.898	818
Derivativos	-	-	-	-
Debêntures	336.547	-	336.547	-
Fornecedores	4.136	2.619	4.136	2.619
Obrigações por aquisição de participação societária	82.105	-	82.105	-
Obrigações de arrendamento mercantil (Nota 22)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>477.686</b>	<b>3.737</b>	<b>477.686</b>	<b>3.437</b>

## 22. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está apresentada a seguir:

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	(não auditado)		(não auditado)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>48.242</b>	62.316	<b>48.295</b>	<b>62.316</b>
Alíquota fiscal combinada	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	<b>34%</b>
Imposto pela alíquota combinada	<b>(16.700)</b>	(21.187)	<b>(16.420)</b>	<b>(21.187)</b>
Adições:				
Despesas não dedutíveis	<b>(1.315)</b>	(594)	<b>(2.791)</b>	<b>(594)</b>
Exclusões:				
Outras exclusões	<b>4.516</b>	2.458	<b>2.315</b>	<b>2.458</b>
Equivalência patrimonial	<b>(3.642)</b>	(2)	-	-
Outros itens:				
Compensação de prejuízos fiscais	<b>206</b>	327	<b>206</b>	<b>325</b>
Isenção – Prouni	<b>19.155</b>	18.738	<b>19.155</b>	<b>18.738</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado no exercício</b>	<b>2.518</b>	(260)	<b>2.465</b>	<b>(260)</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	<b>(1.097)</b>	<b>(260)</b>	<b>(1.097)</b>	<b>(260)</b>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<b>3.615</b>	-	<b>3.562</b>	-

### a) Composição de Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos dos diferidos são registrados sobre as diferenças temporárias movimentadas nas memórias de cálculos por adições e exclusões, representadas nas linhas:

#### Controladora

	31/12/2018
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	1.383
Amortização Mais Valia	931
Provisão de contingência	1.812
Diferenças Temporárias do lucro Real	1.828
<b>Total diferidos Ativo</b>	<b>5.954</b>
Ganho de capital	-
Diferenças Temporárias do lucro Real	(487)
<b>Total diferidos Ativo</b>	<b>(487)</b>
<b>Tributos diferidos, líquidos</b>	<b>5.467</b>

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Consolidado

	<u>31/12/2018</u>
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	1.383
Amortização Mais Valia	931
Provisão de contingência	1.812
Diferenças Temporárias do lucro Real	1.828
<b>Total Diferidos Ativo</b>	<b>5.954</b>
Diferenças Temporárias do lucro Real	<u>(540)</u>
<b>Total Diferidos Passivo</b>	<b>(540)</b>
<b>Tributos diferidos, líquidos</b>	<u><b>5.414</b></u>

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo por ano de realização:

#### Consolidado

Faixa de Vencimento	Total	%
2019	895	15%
2020	739	12%
2021	553	9%
2022	571	10%
2023 em diante (i)	3.196	54%
	<b>5.954</b>	<b>100%</b>

(i) Os maiores valores de diferidos, são oriundos de amortização mais valia, de empresas adquiridas ainda não incorporadas.

c) Os saldos e a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão demonstrados, conforme segue:

#### Controladora

Passivo	Efeito no resultado		
	(não auditado) 31/12/2017	Outros (ii)	31/12/2018
Prejuízos fiscais e base negativa CSLL	-	1.383	1.383
Amortização mais valia	-	931	931
Provisão de contingência	-	.812	.812
Diferenças temporárias do lucro real	-	1.828	1.828
	-	<b>5.954</b>	<b>5.954</b>

Passivo	31/12/2017	Outros (ii)	31/12/2018
Diferenças Temporárias do Lucro Real	-	(487)	(487)
	-	<b>(487)</b>	<b>(487)</b>

#### Consolidado

Ativo	Efeito no resultado		
	(não auditado) 31/12/2017	Outros (ii)	31/12/2018
Prejuízos fiscais e base negativa CSLL	-	1.383	1.383
Amortização mais valia	-	931	931
Provisão de contingência	-	1.812	1.812
Diferenças temporárias do lucro real	-	1.828	1.828
	-	<b>5.954</b>	<b>5.954</b>
<b>Passivo</b>			
Ganho de capital	-	-	-
Diferenças Temporárias do Lucro Real	-	(540)	(540)
	-	<b>(540)</b>	<b>(540)</b>

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	31/12/2017	<b>31/12/2018</b>	31/12/2017
		(não auditado)		(não auditado)
Receita bruta				
Cursos de graduação	<b>627.048</b>	508.906	<b>693.917</b>	508.906
Cursos de pós-graduação	<b>11.321</b>	18.940	<b>15.732</b>	18.940
Cursos técnicos e colégio	<b>2.207</b>	675	<b>2.207</b>	675
Outras receitas	<b>1.038</b>	1.024	<b>1.038</b>	1.024
	<b>641.613</b>	529.546	<b>712.894</b>	529.546
Deduções da receita bruta				
Bolsa de estudo e descontos concedidos	<b>(314.997)</b>	(250.069)	<b>(326.935)</b>	(250.069)
Devoluções de mensalidades e taxas	<b>(6.625)</b>	(6.709)	<b>(10.327)</b>	(6.709)
Tributos	<b>(7.841)</b>	(7.230)	<b>(11.600)</b>	(7.230)
<b>Receita líquida</b>	<b>312.151</b>	265.537	<b>364.032</b>	265.537

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	(não auditado)		(não auditado)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários e encargos sociais	<b>(119.413)</b>	(107.333)	<b>(158.400)</b>	(107.333)
Depreciação de imobilizado	<b>(5.559)</b>	(5.753)	<b>(8.077)</b>	(5.756)
Amortização do software	<b>(323)</b>	(228)	<b>(427)</b>	(228)
Amortização do intangível	-	-	<b>(1.715)</b>	-
Aluguel e condomínio	<b>(20.692)</b>	(18.874)	<b>(20.753)</b>	(18.874)
Energia elétrica, água e telefone	<b>(2.942)</b>	(2.724)	<b>(4.046)</b>	(2.724)
Utilidades, limpeza e segurança	<b>(4.261)</b>	(4.034)	<b>(4.335)</b>	(4.034)
Publicidade e propaganda	<b>(5.349)</b>	(5.336)	<b>(7.455)</b>	(5.336)
Serviços de terceiros	<b>(33.136)</b>	(31.348)	<b>(38.940)</b>	(31.348)
Manutenção e reparos	<b>(2.673)</b>	(2.318)	<b>(2.797)</b>	(2.318)
Materiais de consumo	<b>(2.542)</b>	(2.184)	<b>(3.034)</b>	(2.184)
Provisão para demandas judiciais	<b>(913)</b>	1.213	<b>(822)</b>	1.213
Custos com parceria	<b>(2.412)</b>	(5.809)	<b>(2.412)</b>	(5.809)
Custos pedagógicos	<b>(327)</b>	(622)	<b>(337)</b>	(622)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	<b>(19.312)</b>	(12.356)	<b>(20.606)</b>	(12.356)
Passagens e diárias	<b>(1.750)</b>	(916)	<b>(1.750)</b>	(916)
Custos processuais	<b>(206)</b>	(271)	<b>(206)</b>	(271)
Indenizações judicial	<b>(3.433)</b>	-	<b>(3.433)</b>	-
Outras	<b>(3.791)</b>	1.703	<b>(7.781)</b>	1.703
	<b>(229.034)</b>	(197.190)	<b>(287.326)</b>	(197.193)
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	<b>(161.093)</b>	(138.396)	<b>(203.266)</b>	(138.392)
Despesas gerais e administrativas	<b>(42.024)</b>	(45.889)	<b>(50.143)</b>	(45.895)
Depreciação e amortização	<b>(5.881)</b>	(5.984)	<b>(10.219)</b>	(5.984)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	<b>(19.312)</b>	(12.356)	<b>(20.606)</b>	(12.356)
Outras despesas operacionais, líquidas	<b>(724)</b>	5.435	<b>(3.092)</b>	5.435
	<b>(229.034)</b>	(197.190)	<b>(287.326)</b>	(197.193)

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Resultado financeiro

#### 26.1. Receitas financeiras

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	(não auditado)		(não auditado)	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Receitas sobre aplicações financeiras	<b>510</b>	1.422	<b>740</b>	1.422
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	<b>28</b>	599	<b>240</b>	599
Outras receitas	<b>2</b>	-	<b>52</b>	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>540</b>	2.021	<b>1.032</b>	2.021

#### 26 Despesas financeiras

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	(não auditado)		(não auditado)	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	<b>(2.498)</b>	-	<b>(2.498)</b>	-
Descontos concedidos sobre mensalidades em atraso	<b>(2.851)</b>	(1.760)	<b>(3.318)</b>	(1.760)
Tarifas bancárias	<b>(3.376)</b>	(1.615)	<b>(3.818)</b>	(1.616)
IOF	<b>(621)</b>	(188)	<b>(631)</b>	(188)
Juros bancários e multas	<b>(7.561)</b>	(4.247)	<b>(11.383)</b>	(4.246)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos	<b>(152)</b>	(236)	<b>(152)</b>	(236)
Encargos financeiros sobre debêntures	<b>(7.643)</b>	-	<b>(7.643)</b>	-
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(24.702)</b>	<b>(8.046)</b>	<b>(29.443)</b>	<b>(8.046)</b>

## SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 27. Compromissos

A Companhia contratou arrendamentos comerciais para determinados bens. Esses arrendamentos têm vida média entre três e cinco anos, sem previsão contratual para opção de renovação.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro são os seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
		(não auditado)
Dentro de um ano	<b>66.572</b>	51.308
Após um ano, mas menos de cinco anos	<b>195.573</b>	205.234
Mais de cinco anos	<b>254.522</b>	307.850
	<u><b>516.667</b></u>	<u>564.392</u>

### 28. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<u>Importância segurada</u>	
	(não auditado)	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	<b>135.000</b>	120.000
Perda ou pagamento de aluguel	<b>7.000</b>	7.000
Impacto de veículo terrestre, aéreo e/ou	<b>150</b>	150
Roubo de bens	<b>228</b>	1.570
Danos elétricos	<b>1.000</b>	210
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	-	1.500
Outros	<b>1.670</b>	243
	<u><b>145.048</b></u>	<u>130.673</u>